

A POLUIÇÃO COMO IMPACTO AMBIENTAL NA SAÚDE PÚBLICA SOB O OLHAR DOS ENFERMEIROS DA ATENÇÃO PRIMÁRIA

Adson da Conceição Virgens ¹

Jaqueline Lopes Prates ²

Gabriella Pimentel Marques ³

Cinoélia Leal de Souza ⁴

Elaine Santos da Silva ⁵

Ane Caroline Donato Vianna ⁶

Leandro da Silva Paudarco ⁷

RESUMO:

O estudo objetivou identificar a percepção dos enfermeiros sobre os impactos da poluição na saúde pública no contexto da atenção primária. Pesquisa com abordagem qualitativa descritiva, na qual os dados foram coletados por meio de entrevistas individuais semiestruturadas com 11 enfermeiros na Estratégia de Saúde da Família da cidade de Guanambi-Bahia. Foram levantadas três categorias temáticas para discussão: percepção dos enfermeiros sobre as questões ambientais e a poluição na saúde pública; atuação do enfermeiro na atenção primária e sua contribuição na redução dos efeitos da poluição; relevância da capacitação do enfermeiro frente aos impactos ambientais à saúde. Com os resultados foi possível notar um distanciamento entre as questões ambientais e a poluição nas ações dos enfermeiros da atenção primária, pois ao serem questionados sobre como a poluição atmosférica poderia estar relacionada com problemas respiratórios as respostas foram vagas e pouco específicas, sendo que a capacitação na área ambiental foi inexistente e percebeu-se o pouco conhecimento sobre barreiras ambientais na área de

¹ Centro Universitário de Guanambi. Graduando em enfermagem pelo Centro Universitário de Guanambi. E-mail: adsonfg.1@gmail.com

² Graduanda em Enfermagem pelo Centro Universitário de Guanambi.

³ Graduanda em Enfermagem pelo Centro Universitário de Guanambi.

⁴ Enfermeira doutoranda em Enfermagem e Saúde pela Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia. Docente do Centro Universitário de Guanambi.

⁵ Enfermeira mestranda em Enfermagem pela Universidade Federal São João Del-Rei.

⁶ Enfermeira pelo Centro Universitário de Guanambi (UniFG)

⁷ Graduando em Enfermagem pelo Centro Universitário de Guanambi.

atuação. Assim, percebe-se que os enfermeiros abordam de forma superficial sobre a poluição na saúde pública. Isso demonstra a necessidade de a equipe de enfermagem problematizar essa realidade visando ampliar ações de promoção da saúde para que os impactos ambientais, bem como a poluição sejam reduzidos.

Palavras-chave: educação ambiental; educação em saúde; poluição ambiental; saúde; saúde pública.

POLLUTION IMPACTS IN PUBLIC HEALTH UNDER PRIMARY CARE NURSING

ABSTRACT:

the study aimed to identify nurses' perceptions about the impacts of pollution on public health in the context of primary care. A descriptive qualitative research, in which the data were collected through individual semi-structured interviews with 11 nurses in the Family Health Strategy of the city of Guanambi-Bahia. Three thematic categories were discussed: nurses' perception of environmental issues and pollution in public health; nurses' performance in primary care and their contribution to the reduction of pollution effects; relevance of nurses' training regarding environmental health impacts. With the results, it was possible to notice a gap between environmental issues and pollution in the actions of primary care nurses, since when they were asked about how air pollution could be related to respiratory problems the answers were vague and not specific, in the environmental area was non-existent and it was noticed the little knowledge about environmental barriers in the area of operation. Thus, it is perceived that nurses superficially address pollution in public health. This demonstrates the need for the nursing team to problematize this reality in order to expand health promotion actions so that environmental impacts as well as pollution are reduced.

Key words: environmental education; health education; environmental pollution; health; public health.

1. INTRODUÇÃO

O Brasil alcançou grandes conquistas no que diz respeito ao setor saúde, pois antes da criação do Sistema Único de Saúde (SUS), poucos tinham acesso aos serviços de saúde. A criação do SUS melhorou positivamente o acesso de todos os indivíduos que necessitam ser assistidos no âmbito da saúde, uma vez que

oferece um serviço universal, integral e com equidade. Este sistema tem como objetivo prestar uma assistência à população a partir do modelo de prevenção e promoção da saúde, na tentativa de determinar ou condicionar o aparecimento de doenças e proteger a população (Souza; Andrade 2014).

No contexto das diversidades climáticas, de relevo e de pessoas no Brasil, e da crise ambiental causada pelo atual modelo de desenvolvimento nas cidades, o estilo de vida e os avanços tecnológicos tem contribuído de maneira significativa para o surgimento dos problemas socioambientais e de saúde, tanto em países desenvolvidos quanto em países em desenvolvimento, como é o caso do Brasil (Rafael et al.2017).

Sabe-se que o êxodo rural contribuiu diretamente no processo de urbanização, na qual as pessoas migram para as cidades em busca de melhores condições de vida, entretanto isso tem sido um fator determinante para a mudança do perfil epidemiológico e da situação de saúde no Brasil, sobretudo nos grandes centros urbanos que enfrentam diversas dificuldades de infra-estrutura e saneamento básico no Brasil, causadas pelas grandes desigualdades sociais existentes (Souza; Andrade 2014).

Por isso, promover saúde no contexto ambiental é necessário, principalmente por meio de abordagens interdisciplinares e inter profissionais, com intuito de perceber os agravos causados per impactos ambientais que repercutem diretamente na saúde da população desde o nascimento até a morte. Por exemplo, é sabido que a poluição atmosférica afeta a qualidade de vida da sociedade, contribuindo para o surgimento de doenças de caráter cancerígeno como câncer de pulmão, alterações transitórias das vias respiratórias, o comprometimento da função pulmonar, o aumento do risco de morte por doenças cardiovasculares e respiratórias (Filho et al. 2017).

Outros fatores como as queimadas, o descarte de resíduos em locais impróprios como nas ruas, oceanos, córregos, represas, rios têm influenciado a poluição ambiental. A queima de biomassa, por exemplo, está entre os principais contribuintes mundiais para a emissão de poluentes atmosféricos que afeta drasticamente a saúde, pela contaminação de cursos d'água, solos e do ar, resultantes de ações inadequadas do ser humano, alterando a qualidade de vida da população (Marques et al. 2016).

Cabe aqui destacar a importância da Atenção Primária à Saúde (APS), que define suas responsabilidades e deveres em relação à proteção, conservação e recuperação do ambiente e da saúde dos indivíduos. Nessa perspectiva, na atenção primária à saúde é possível criar estratégias e iniciativas que exigem a ação inter setorial e um olhar integral sobre o ambiente em suas dimensões desde físicas, socioculturais, biopsicossociais, nas quais estão inseridos os indivíduos e suas famílias. Com isso, essas ações devem ser realizadas pela equipe multiprofissional em um contexto amplo e integrado da assistência, com o objetivo de diminuir os impactos causados ao ambiente por meio do estímulo à sensibilização da comunidade do entorno das unidades (Santos et al. 2015).

O profissional enfermeiro precisa ter conhecimento sobre impactos que a poluição pode causar a comunidade, bem como a saúde pública e trazer para sua prática diária medidas que os minimize. Assim, é relevante que haja a sensibilização da população sobre os riscos ambientais e as suas consequências para a saúde. Diante disso, o enfermeiro que atua num território definido e dinâmico precisa estar capacitado e também articulado com a população para reduzir os problemas de saúde relacionados à poluição ambiental (Peres et al. 2015).

A partir do exposto, esta pesquisa justifica-se, pois, os enfermeiros nos níveis da atenção primária precisam trabalhar de forma inter setorial, em uma visão holística, integradora e multidisciplinar, através da estratégia de promoção à saúde. É relevante que existam atividades de caráter multidisciplinar dentro do trabalho da equipe de saúde e que as mesmas sejam contextualizadas voltadas às reais situações dos problemas ambientais locais da população, na qual a assistência é prestada, podendo melhorar a qualidade de vida e saúde por meio da promoção da saúde de forma efetiva (Dias et al. 2018). Neste sentido, o estudo teve como objetivo identificar a percepção de enfermeiros, no contexto da atenção primária, sobre os impactos da poluição na saúde pública da comunidade assistida.

2. MATERIAL E MÉTODOS

Tratou-se de uma pesquisa de abordagem qualitativa, que é aplicada especialmente para realizar estudos sobre história, relações, crenças,

percepções e opiniões, como também buscam a análise dos objetos que são criados pelos seres humanos relacionados com seu modo de vida, pensamentos e sentimentos. Assim, essa abordagem possui base teórica e torna possível a aplicação de procedimentos sociais que ainda são desconhecidos, permitindo a elaboração de abordagens, bem como a construção de novos conhecimentos no momento da pesquisa (Minayo 2010).

A população de estudo foi definida por conveniência, sendo entrevistados 11 enfermeiros atuantes na Estratégia de Saúde da Família (ESF) da cidade de Guanambi-BA, localizada a 796 km da capital Salvador (IBGE, 2010). Os dados foram coletados por meio de entrevistas individuais que ocorreram nas unidades de saúde, com um roteiro semiestruturado, ou seja, flexível ao andamento da entrevista, composto por três questões relacionadas à realização de algum curso ou capacitação sobre os impactos ambientais na saúde, o conhecimento sobre barreiras ambientais na área de atuação e como a poluição atmosférica pode estar relacionada com problemas respiratórios. Cada entrevista teve a duração média de 20 minutos.

Anterior a coleta, foi apresentado o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), retirado as dúvidas que surgiram dos profissionais e iniciado após a autorização dos mesmos, assegurando a privacidade dos dados pessoais. A coleta ocorreu por meio de entrevistas nas ESF, na sala do enfermeiro, onde foram gravadas e depois transcritas para análise dos dados.

Essa análise foi realizada seguindo a técnica de Análise de Conteúdo, de Bardin (2011), dividida em três etapas: a primeira foi a ordenação desses dados coletados, seguindo da identificação dos profissionais por número e posterior transcrição, e por fim, a classificação dos resultados por eixos para serem analisados e discutidos.

Em seguida foram definidas as categorias para análise: percepção dos enfermeiros sobre as questões ambientais e a poluição na saúde pública, atuação do enfermeiro na ESF e sua contribuição na redução dos efeitos da poluição; relevância da capacitação do enfermeiro frente aos impactos ambientais a saúde. E na terceira fase foi realizado o tratamento dos dados, utilizando da análise minuciosa e divisão segundo o tema principal, para a posterior exposição e discussão dos resultados.

O trabalho seguiu a Resolução 466/2012 sobre pesquisa com seres humanos, preservando os direitos dos participantes e garantindo sigilo das identidades. O estudo em questão foi aprovado pelo Comitê de Ética em pesquisa da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB), no dia 05 de dezembro do ano 2017, sob o protocolo CAAE: 79882217.8.0000.0055.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

A ESF deve ser composta por uma equipe multiprofissional com no mínimo: um médico preferencialmente da especialidade medicina de família e comunidade, um enfermeiro especialista em saúde da família; um auxiliar e/ou técnico de enfermagem e até oito agentes comunitários de saúde (ACS). Podendo fazer parte da equipe o agente de combate a endemias (ACE) e os profissionais de saúde bucal: um cirurgião-dentista preferencialmente especialista em saúde da família e um auxiliar ou técnico em saúde bucal (Brasil 2017).

Nesse serviço, os enfermeiros são essenciais para o funcionamento da unidade de saúde, uma vez que o mesmo tem o papel de coordenar a unidade e toda equipe envolvida na prestação da assistência ao paciente que buscam atendimento (Mescês et al. 2018).

O estudo mostrou que os enfermeiros não realizam cursos ou capacitações sobre os impactos ambientais na saúde, e não tinham conhecimento sobre barreiras ambientais na área de atuação, apenas quatro profissionais apontaram as barreiras ambientais existentes na área em que atua. Ao serem questionados sobre como a poluição atmosférica poderia estar relacionada com problemas respiratórios as respostas foram vagas e pouco específicas, como mostrado no quadro I.

Para Silva et al. (2018), as barreiras ambientais se estabelecem num arcabouço complexo que envolve inúmeros fatores, como a infraestrutura, as necessidades ambientais, as necessidades das pessoas, o acesso dificultados à bens e serviços básicos, como saúde, educação, saneamento e demais condições que afetam a vida. No presente estudo, considerou-se como barreiras ambientais aquelas que estão associadas ao acesso à saúde, levando-se em consideração os fatores aqui citados e que o meio ambiente é um fator determinante para a saúde.

É importante entender que os profissionais percebem as barreiras ambientais principalmente quando trabalham num território definido, sobretudo na ESF, pois devem conhecer a área de atuação e agir sobre os problemas de saúde locais, que envolvem o aspecto ambiental. Tais barreiras podem interferir no acesso aos serviços de saúde, e essa problemática se destaca quando o enfermeiro não conhece e entende as barreiras ambientais na área em que atua.

Quadro I. Síntese dos resultados dos questionamentos sobre poluição e saúde pública, sob o olhar dos enfermeiros da atenção primária, Guanambi, Bahia, 2018.

N	QUESTÕES NORTEADORAS	NÚCLEO DE SENTIDO
01	Realizou algum curso ou capacitação sobre os impactos ambientais na saúde?	Sem resposta
02	Conhece as barreiras ambientais na área de atuação?	Lajedo; Esgoto a céu aberto; Distância; Acidentes geográficos.
03	Como a poluição atmosférica pode estar relacionada com problemas respiratórios?	Contaminação do ar; Queima de lixo na rua urbana; Dificuldade de filtrar ar; Partículas químicas; Inalação de fumaça resultante de indústrias; Resíduo de queimadas de combustível; Desmatamento e cerâmicas.

Isso mostra o conhecimento superficial para correlacionar o meio ambiente com as doenças de caráter respiratório, uma vez que as mesmas são recorrentes, principalmente pela exposição de poluentes atmosféricos, mudanças climáticas, fumaça de cigarro e outros alérgenos, que levam o indivíduo a desenvolver vários distúrbios respiratórios como asma, rinite, bronquite, sinusite, pneumonia (Dapper et al. 2016).

Tufik et al. (2016) destacam que, a poluição do ar é um importante fator ambiental relacionado a doenças crônicas não transmissíveis, como doenças cardiovasculares e respiratórias, sendo a causa de 60% das mortes no mundo. São responsáveis por, respectivamente, 17 milhões e 1,3 milhão de mortes por ano, visto que, cerca de cinco milhões de mortes em 2013 foram relacionadas à poluição do ar. O aumento da poluição atmosférica tem sido associado ao

aumento da prevalência e das admissões nos serviços de saúde por doenças cardiorrespiratórias configurando um problema mundial.

A cidade de Guanambi, onde foi desenvolvido o estudo está situada no semiárido baiano, com clima de temperaturas elevadas e chuvas escassas e irregulares, com um índice pluviométrico de 10 a 500 mm anuais, o que configura uma baixa umidade do ar. Essa característica já é considerada um fator determinante para a evolução de doenças do trato respiratório, por isso a importância da capacitação sobre o meio ambiente para que medidas sejam tomadas em prol da saúde da comunidade.

Santos et al. (2017), abordam que as variações climáticas, por interferência das poluições tem influência direta na saúde pública e são apontadas por diversos estudiosos desde a antiguidade clássica, e reforça ainda que o clima, entre outros fatores, pode provocar a manifestação de determinadas doenças à saúde através de seus atributos como a temperatura, umidade do ar, precipitação pluviométrica, que interferem no bem-estar das pessoas. Observa-se então a necessidade de compreender sobre o meio ambiente e de que forma o mesmo pode interferir no processo de saúde-doença.

4. PERCEPÇÃO DOS ENFERMEIROS SOBRE AS QUESTÕES AMBIENTAIS E POLUIÇÃO NA SAÚDE PÚBLICA

A atenção primária à saúde baseia-se em métodos simplificados socialmente aceitos que garantem o acesso universal da população como primeiro nível de contato com o sistema de saúde, fornecendo cuidados o mais próximo possível aos lugares onde as pessoas vivem e trabalham. Esta proposta ganhou dimensão internacional na Conferência sobre Cuidados Primários de Saúde realizada em Alma-Ata, em 1978. No Brasil, esse conceito foi internalizado no arcabouço jurídico-institucional da saúde, inscrito nos artigos 196 e 200 da carta constitucional de 1988 e na regulamentação do SUS, pela Lei Orgânica da Saúde, sob a Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990 (Canut. 2012).

A responsabilidade pelo acompanhamento das famílias requer uma equipe multiprofissional dentro da estratégia de saúde da família capacitada frente às necessidades da população, na qual ultrapassa os limites classicamente

definidos para a atenção primária no Brasil. O trabalho de equipes de saúde é o elemento-chave para estruturar a atenção primária, por meio da educação permanente focada em diferentes assuntos, dentre eles, aqueles associados às questões socioambientais, como a redução dos riscos e efeitos da poluição ambiental e diminuição de impactos ambientais que repercutem diretamente na saúde da população, a partir da troca de experiências e da formação de vínculos entre a equipe e as comunidades (Dittz et al. 2016).

Os profissionais de enfermagem são extremamente importantes dentro da atenção primária por ter a função de coordenar a unidade e as atividades desenvolvidas por toda equipe, principalmente em realizar educação em saúde para estimular a sensibilização da comunidade sobre, por exemplo, os riscos à saúde pública decorrentes da poluição, bem como outros temas caso haja necessidade. O ambiente é um fator determinante para saúde e os impactos causados ao mesmo também interferem no processo saúde-doença, no entanto, o estudo demonstrou que esse tema é secundário ou até inexistentes no cotidiano das práticas dos enfermeiros na ESF.

Firmino et al. (2016), afirmam que são necessários profissionais enfermeiros com formação diferenciada, para que possam articular de forma flexível as demandas da ESF e prestar uma assistência de forma integral direcionada também à alteração ambientais. A pesquisa realizada indica que mesmo quando percebem as barreiras ambientais, os profissionais não vinculam com o cuidado em saúde nas suas atribuições, apontando as barreiras, mas não especificando os seus impactos na saúde.

- *E4: Lajedo (**enfermeira, feminino, 20-30 anos**)*
- *E5: Distância (**enfermeira, feminino, 31-40anos**)*
- *E6: Lajedos, acidentes geográficos (**enfermeira, feminino, 31-40 anos**)*

Considera-se crucial que o enfermeiro saiba reconhecer os potenciais de risco para a saúde da população. Neste sentido, o enfermeiro deve buscar capacitação profissional e realização de educação continuada para a equipe, a fim de contribuir para a promoção da saúde pública.

Peres et al. (2016), afirmaram em seu estudo que na enfermagem a temática ambiental ainda ocorre de forma periférica e pouco discutida, sendo incipiente o

comprometimento desse profissional em ações que visem à saúde ambiental. A um déficit relacionado ao tema na atuação da enfermagem, na medida em que os enfermeiros participantes demonstram dificuldades em tecer considerações sobre as questões socioambientais e seu ambiente laboral.

A poluição é algo que vem acontecendo constantemente no cotidiano das cidades e afetando a saúde pública, e por mais falada e discutida em mídias eletrônicas, ainda existe profissionais que compreendem seus riscos e efeitos de forma superficial, pois quando questionados durante a pesquisa de que maneira a poluição atmosférica poderia estar relacionada com problemas respiratórios as respostas foram gerais.

- *E9: queima de lixo na rua (**enfermeira, feminino, 20-30 anos**)*
- *E10: dificuldade de filtrar o ar (**enfermeira, feminino, 31-40anos**)*
- *E12: Inalação de fumaça resultante de indústrias (**enfermeira, feminino, 31-40 anos**)*

É possível notar que a percepção dos enfermeiros sobre as questões, voltadas para a poluição ambiental, ainda é restrita, e que a capacitação quanto ao tema é quase inexistente. Portanto, compreender a poluição e educar a população se torna uma tarefa difícil, visto que há uma desqualificação sobre tais questões.

Sena, Cezar-vaz (2016) afirmam que, a formação ambiental no currículo da educação superior em saúde é deficiente ou/e pouco divulgada, apontando que o método aplicado na formação ambiental dos estudantes é quase nula. Assim, percebe-se um déficit na formação do enfermeiro ainda no período de graduação.

O enfermeiro, bem como os demais profissionais na atenção primária à saúde, precisa compreender as dimensões da saúde e meio ambiente em sua prática cotidiana de prestação de cuidado. Além de que, é relevante que ocorra a sensibilização da população sobre os riscos ambientais e efeitos da poluição na saúde pública que interfere na qualidade de vida dos indivíduos, compreendendo como influenciadores de doenças (Santos et al. 2015).

Entretanto, é uma tarefa difícil, pois após aplicação do estudo, quando questionados sobre a realização de orientações sobre a proteção do meio ambiente pela equipe de saúde, foi possível perceber uma deficiência

relacionada, uma vez que os usuários dos serviços de saúde relataram que não existiam tais orientações.

Beserra et al. (2010) destacam que a enfermagem, como profissão educadora, precisa inserir-se nesse campo de atuação por meio de ações de Promoção da Saúde que habilitem o indivíduo e a comunidade a compreender as questões ambientais. No entanto, o estudo mostra que é um desafio capacitar pessoas para realizarem condutas ecologicamente corretas, visto que os próprios educadores não são, muitas vezes, devidamente capacitados, fato este que deixa a busca pela sustentabilidade algo mais difícil de ser alcançado.

5. ATUAÇÃO DO ENFERMEIRO NA ESTRATÉGIA DE SAÚDE DA FAMÍLIA (ESF) E SUA CONTRIBUIÇÃO PARA A REDUÇÃO DOS RISCOS E EFEITOS DA POLUIÇÃO

A legitimação da Política Nacional de Atenção Básica (PNAB) em 2011, e sua consolidação com SUS viabilizou a importância da ESF, cujos princípios baseiam-se na universalidade, equidade e integralidade da assistência ao usuário. Além disso, a Atenção Básica é caracterizada como principal acesso à Rede de Atenção à Saúde (RAS), bem como ferramenta marcante para a promoção, proteção e recuperação da saúde (Brasil 2017).

Neste sentido, a ESF dispõe de uma equipe multiprofissional, constituída por um médico, enfermeiro, auxiliar e/ou técnico de enfermagem e ACS, mas também profissionais agregados como: ACE e especialistas em saúde bucal. Logo, cada membro possui atribuições comuns e específicas, sendo que a relação organizacional entre a equipe é fundamental para a qualidade do serviço, bem como a preferência por profissionais especializados em saúde da família e comunidade (Brasil 2017).

Dessa forma, as atribuições do enfermeiro frente à ESF estão voltadas para o cuidado direto à família e comunidade, da mesma maneira que gerencial, pois, estrutura e avalia as estratégias de intervenção para um trabalho integral (Moreno et al. 2015). De fato, o enfermeiro é elementar para o funcionamento efetivo das questões assistenciais e educativas, uma vez que é responsável pelo acolhimento e ações de educação em saúde que envolva o indivíduo, população

e a equipe profissional. Sendo que, a educação é fundamental para a formação em qualquer área de conhecimento, porque serve de instrumento propulsor para aprimoramento e aptidão do que é exercido.

Salienta-se ainda que, a saúde está diretamente ligada ao meio ambiente e compete ao enfermeiro ter uma visão holística das intervenções que devem ser feitas para enfrentar e minimizar a problemática (Santos et al.2015). A poluição é algo que ocorre frequentemente na sociedade e oferece inúmeros malefícios à saúde, podendo atingir o indivíduo de forma direta ou indireta, além de englobar um contexto socioeconômico, ambiental e cultural na qual o mesmo está inserido. Em virtude disso, a poluição presente na comunidade propicia o aparecimento de doenças, o que geralmente implica em uma qualidade de vida desfavorável.

De acordo com os usuários dos serviços de saúde, os enfermeiros não realizam esclarecimentos sobre os cuidados que envolvam a saúde e o meio ambiente, como limpeza urbana, descarte correto de lixo, doenças infectocontagiosas ou poluição. Sendo que, esta abordagem é necessária, uma vez que o processo de saúde-doença está relacionado diretamente com o contexto socioambiental que o indivíduo se encontra inserido.

Segundo Argenton et al. (2018), as exigências impostas ao trabalho da enfermagem favorecem o desconhecimento dos princípios de saúde que regem a assistência à clientela, bem como dificuldades no ambiente de trabalho devido ao déficit financeiro, infraestrutura e cultura específica de cada comunidade. Entretanto, Araújo et al. (2017) discutem que, a formação da enfermagem pauta em profissionais menos críticos, e com dificuldade de traçar estratégias transversais que inclua a equipe multiprofissional, como também o desinteresse pelas políticas públicas e contexto socioeconômico onde atuam.

Como resultado, a pesquisa salienta as dificuldades dos enfermeiros em atuarem, já que não possuem um olhar crítico mediante o impasse. Além disso, é notório o déficit na organização de seu trabalho e a falta de informações relacionadas com sua atuação frente os impactos ambientais que repercutem na saúde. Posto que, a poluição deve ser pautada como barreira para a promoção da saúde pública e desafio para os enfermeiros que agem diretamente na ESF.

De acordo com o estudo, em relação à realização de educação em saúde pela equipe nos domicílios, as respostas foram negativas, mostrando que não é praticada esse tipo de ação. Portanto, observa-se um distanciamento dos enfermeiros diante das suas atribuições na ESF, visto que, a educação em saúde é um dispositivo importante para fornecer informações e orientações para a comunidade.

Além disso, é perceptível a necessidade dos gestores de saúde em utilizarem a comunicação, estratégias e participação ativa no desempenho da equipe de saúde, principalmente orientando e promovendo análise das ações de enfermagem no âmbito da ESF (Duarte; Boeck 2015). Já Facchini¹ et al. (2018) afirmam que, as subdivisões e privatização da gestão de serviço público no que tange a saúde dificultam a oferta de qualidade para a infraestrutura das Unidades Básicas de Saúde (UBS) e atuação dos profissionais.

Neste contexto, a capacitação do enfermeiro está relacionada com o comprometimento dos gestores, bem como o reconhecimento de que deve ser realizada educação continuada com a equipe e comunidade, na expectativa de diminuir os problemas socioambientais e seus efeitos, como os relacionados à poluição.

Logo, o trabalho em equipe da ESF e sensibilização da comunidade diante da temática poluição servem de veículo para a realização satisfatória do trabalho da enfermagem, bem como a execução de suas atribuições frente aos princípios da PNAB. Dessa maneira, os impactos causados pela poluição na saúde pública tornam-se pontos a serem discutidos e solucionados, resultando em uma assistência de enfermagem voltada para ações educativas em saúde e não meramente técnicas, o que resulta em enfermeiros com atuação diferenciada e estratégias que abrangem as demandas da comunidade (Almeida et al. 2016).

6. RELEVÂNCIA DA CAPACITAÇÃO DO ENFERMEIRO FRENTE AOS IMPACTOS AMBIENTAIS À SAÚDE

É necessário um questionamento constante diante da problemática aqui levantada, sobre como os impactos no meio ambiente afetam a saúde da população e o que um profissional de enfermagem pode fazer para estar melhor capacitado frente à essas questões. Durante a graduação em enfermagem, o

estudante do curso tem a disciplina de Saúde Ambiental, a fim de provocar a percepção da ligação entre saúde-doença com o meio ambiente, saber conceitos básicos de saúde ambiental e ocupacional, doenças decorrentes de alterações ambientais, impactos ambientais na saúde mental, ética e legislação, vigilância de riscos ambientais e o desenvolvimento de metodologias para a avaliação de riscos ambientais. (Souza; Andrade 2014).

Como é um tema complexo e importante, existe a possibilidade de especialização, realização de cursos na área de saúde ambiental, o que leva o enfermeiro a desenvolver de maneira mais concreta seu conhecimento específico sobre a causa ambiental na saúde para que minimize os impactos que a poluição pode causar a saúde pública.

Durante o processo de capacitação, ou seja, obtenção de conhecimento específico sobre as questões ambientais necessário para atuação na área percebe-se que ser capacitado não é apenas preocupar em resolver problemas imediatos, mas de construir uma visão questionadora da realidade encontrada e buscar se envolver adequadamente com a sociedade de maneira atuante (Beserra et al. 2010). É agir como um profissional crítico-reflexivo para transformação da realidade através da busca por ações e estratégias que diminuam ou sanem os agravos ambientais que afetam a saúde.

Não obstante, no decorrer da pesquisa realizada foi possível perceber que os onze enfermeiros têm pouco conhecimento sobre questões ambientais, pois durante a entrevista quando questionados sobre a realização de algum curso ou capacitação sobre os impactos ambientais na saúde, 100% disseram que não possuíam. Sabe-se que o meio ambiente interfere e é um fator que determina a saúde dos indivíduos. Portanto, é notável um déficit dos profissionais em não ter uma capacitação que os preparem para analisar e discutir as questões ambientais com precisão. Logo, é perceptível a deficiência destes profissionais no que diz respeito à saúde ambiental, destacando a importância de inserir este tema transversalmente no contexto do trabalho realizado pela enfermagem.

A noção de que existem determinantes de saúde é um conceito intrínseco para os profissionais que atuam nessa área, pois leva ao entendimento de que os fatores sociais, biológicos, ambientais, econômicos e culturais podem influenciar na relação saúde-doença. Tais determinantes abordam, de forma geral, as

condições de vida e condições de trabalho dos indivíduos que de alguma forma condicionam sua saúde (Carrapato et al. 2017).

A Lei nº 8.080/90 que dispõe sobre o Sistema Único de Saúde traz como determinantes e condicionantes da saúde, o meio ambiente, o saneamento básico, a moradia, entre outros. Esse documento mostra o aporte teórico e jurídico que um profissional de enfermagem tem para correlacionar os determinantes socioambientais da saúde, sendo que esse respaldo teórico pode auxiliar na sua atuação como um agente atuante na relação saúde/meio ambiente (Oliveira; Santo 2013).

Nessa ótica, a Organização Mundial de Saúde (OMS) conceitua saúde não apenas pela ausência de doenças, e o conceito de saúde não está relacionado apenas com causas biológicas da doença, mas também causas sociais como: a falta de saneamento básico, a fome, a falta de escolarização, desequilíbrios ambientais como a poluição e vários outros fatores que podem interferir nas condições de vida e de trabalho da população. Assim, é indispensável que o enfermeiro esteja preparado para atender o indivíduo na sua integralidade, considerando não apenas o processo curativo, mas tudo aquilo que pode causar a perda desse bem-estar biopsicossocial (Carrapato et al. 2017).

Assim, vale ressaltar a relevância da capacitação do enfermeiro frente aos impactos ambientais na saúde, na tentativa de fazer com que o profissional perceba a responsabilidade que ele deve ter de maneira integral no processo do cuidar. O cuidar trata não somente a doença em si, contudo trata também o meio contaminante, o ambiente a fim de gerar qualidade de vida, que nada mais é do que gerar bem-estar biopsicossocial (Santos et al. 2015).

É somente com essa capacitação que o profissional se sente apto a perceber e relacionar, se o ambiente está propício a agravar ou gerar doenças ou se é favorável para uma boa qualidade de vida. O que confirma que a questão ambiental jamais deve ser banalizada ou pensada apenas de uma maneira superficial pelos responsáveis em realizar o cuidado da saúde do ser humano, o enfermeiro.

7. CONCLUSÃO

No decorrer do estudo foi notada uma percepção superficial dos enfermeiros sobre as questões ambientais e o conhecimento de forma inespecífica sobre a poluição na saúde pública, que deixa visível a dificuldade para atuarem diante das adversidades por não possuir uma percepção mais ampla sobre o assunto. Isso demonstra a necessidade do enfermeiro problematizar essa realidade visando ampliar ações de promoção da saúde. Uma alternativa para reduzir os riscos à saúde, decorrentes da exposição à poluição seria a inclusão desse tema como pauta de discussão, tanto na formação como na prática dos profissionais da saúde, sendo necessária para auxiliar na efetivação de práticas educativas em saúde, que beneficiam toda a comunidade.

Diante do exposto é necessário refletir sobre a importância da abertura de um espaço de formação que proporcione reflexão, problematização crítica e articulação, destacando o comprometimento com a construção de sujeitos que atuem de forma responsável com o meio ambiente, tudo isso alicerçado em práticas pedagógicas efetivas para o processo de mudança.

É importante que novos estudos também abordem o papel do profissional de enfermagem no processo de educação ambiental para diminuir os impactos causados ao meio ambiente, não focando apenas em uma assistência meramente técnicas, mas voltada para ações educativas em saúde, sendo que a capacitação do enfermeiro e a realização de educação continuada com a equipe e comunidade é vista como recurso para melhor conhecer, enfrentar e, possivelmente, reduzir os problemas relacionados com a poluição da sociedade.

Referências

ALMEIDA, E. R; MOUTINHO, C. B; LEITE, M.T.S. Prática pedagógica de enfermeiros de Saúde da Família no desenvolvimento da Educação em Saúde. **Interface- Comunicação, Saúde, Educação**, v. 20, p. 389-402, 2016.

ARAÚJO, J. L. et al. Brazilian Unified Health System and democracy: nursing in the context of crisis. **Rev. Bras. Enferm. [Internet]**, v.71, n.4, P.2187-92,2018.

ARGENTON, I. S. et al. The Analysis of Critical Pathways as a Tool for Integrating Teaching and Service in Health. **Revista Brasileira de Educação Médica**, v. 42, n. 4, p. 184-190, 2018.

BESERRA, E.P et al. Educação ambiental e enfermagem: uma integração necessária. **Revista Brasileira de Enfermagem**, v. 63, n. 5, 2010.

BRASIL. Portaria nº 2.436, de 21 de setembro de 2017. Aprova a Política Nacional de Atenção Básica, estabelecendo a revisão de diretrizes para a organização da Atenção Básica, no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS). 2017.

BRUZOS, G. A. S et al. Meio ambiente e enfermagem: suas interfaces e inserção no ensino de graduação. **Saúde e Sociedade**, v. 20, p. 462-469, 2011.

CANUT, L. Uma breve introdução ao SUS para compreensão do direito à saúde no Brasil. **Revista Direitos Fundamentais & Democracia**, v. 12, n. 12, p. 186-214, 2012.

CARRAPATO, P; CORREIA, P; GARCIA, B. Determinante da saúde no Brasil: a procura da equidade na saúde. **Saúde e Sociedade**, v. 26, p. 676-689, 2017.

DAPPER, S. N; SPOHR, C; ZANINI, R. R. Poluição do ar como fator de risco para a saúde: uma revisão sistemática no estado de São Paulo. **Estudos Avançados**, v. 30, n. 86, p. 83-97, 2016.

DIAS, G.L et al. Representações sociais sobre saúde e meio ambiente para equipes de Estratégia Saúde da Família. **Saúde e Sociedade**, v. 27, p. 163-174, 2018.

DITZ, A. S et al. A percepção dos profissionais da Estratégia da Saúde da Família sobre o conceito de família. **Enfermagem Revista**, v. 16, n. 2, p. 111-122, 2016.

DUARTE, M. L. C; BOECK, J. N. O Trabalho em equipe na enfermagem e os limites e possibilidades da Estratégia da Saúde da Família. **Trab. Educ. Saúde**, Rio de Janeiro, v. 13 n. 3, p. 709-720, set./dez. 2015.

FACCHINI, L. A; TOMASI, E; DILÉLIO, A. S. Qualidade da Atenção Primária à Saúde no Brasil: avanços, desafios e perspectivas. **Saúde em Debate**, v. 42, p. 208-223, 2018.

FILHO et al. Distribuição espacial de queimadas e mortalidade em idosos em região da Amazônia Brasileira, 2001-2012. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 22, p. 245-253, 2017.

FIRMINO, A. A. et al. Atuação de enfermeiros na estratégia de saúde da família em um município de minas gerais. **Saúde (Santa Maria)**, v. 42, n.1, p. 49-58, 2016.

MARQUES, A. D. B et al. Pesquisa-ação na perspectiva da enfermagem em educação ambiental: da teoria à prática. **Rev. enferm. UFPE online**, v. 10, n. 3, p. 1155-1161, 2016.

MERCÊS, J. C; MORAIS, B. E; OLIVEIRA, S. R.F. A importância do enfermeiro enquanto coordenador na equipe de estratégia de saúde da família. **Psicologia e Saúde em debate**, v. 4, n. 3, p. 72-83, 2018.

MORENO, C. A. et al. Atribuições dos Profissionais de Enfermagem na Estratégia de Saúde da Família, uma Revisão das Normas e Práticas. **Ciência da Saúde**, v. 19, n. 3, p. 233-240, 2015.

OLIVEIRA, M. J. I; SANTO, E.E. A relação entre os determinantes sociais da saúde e a questão social. **Caderno Saúde e Desenvolvimento**, v. 2, n. 2, p. 07-24, 2013.

PERES, R. R et al. Saúde e ambiente:(in) visibilidades e (des) continuidade na formação profissional em enfermagem. **Escola Anna Nery**, v. 20, n. 1, p. 25-32, 2016.

PERES, R. R et al. As contribuições das produções científicas na temática "enfermagem e meio ambiente": uma revisão narrativa. **Revista de Atenção à Saúde (antiga Rev. Bras. Ciên. Saúde)**, v. 13, n. 44, p. 85-93, 2015.

RAFAEL, E.T; GOUVEIA, J.M; SANTOS, R.C.S. Inter-relação saúde meio ambiente: análise do conhecimento de profissionais que atuam na rede pública de saúde. **Acta ScientiaeBiologicalResearch**, v. 2, n. 1, 2017.

RIBEIRO, M. C.S; BERTOLOZZI, M. R. Reflexões Sobre a Participação da Enfermagem nas Questões Ecológicas, *RevEscEnferm*, São Paulo, 36(4): 300-308, 2002.

SANTOS, D.A; SILVA, M.S; AZEVEDO, J.V.V. A saúde e o meio ambiente na visão do enfermeiro na atenção primária à saúde. **InterfacEHS**, v. 10, n. 2, 2015.

SANTOS, D. A et al. A relação das variáveis climáticas na prevalência de infecção respiratória aguda em crianças menores de dois anos em Rondonópolis-MT, Brasil. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 22, n. 11, p. 3711-3721, 2017.

SENA, J; CEZAR-VAZ, M. R. A relação saúde/ambiente nos processos de formação do profissional enfermeiro: um ensaio teórico. **REMEA-Revista Eletrônica do Mestrado em Educação Ambiental**, v. 24, 2010.

SILVA, E. L. P.; MACHADO, D. Q.; LEOPOLDINO, C. B.; FARIAS, P. P. M. Barreiras e ações para a sustentabilidade ambiental: um estudo de caso no IBAMA/CE. **Revista Livre de Sustentabilidade e Empreendedorismo**, v. 3, n. 4, p. 51-89, jul-ago, 2018.

SOUZA, C.L; ANDRADE, C.S. Saúde, meio ambiente e território: uma discussão necessária na formação em saúde. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 19, p. 4113-4122, 2014.

TUFIK, S et al. Revisão sistemática sobre a epidemiologia das doenças cardiovasculares e respiratórias e suas associações com a poluição do ar em Vitória/ES. **Clinical&BiomedicalResearch**, v. 37, n. 2, 2017.

Recebido em: 06/02/2019

Aceito em: 14/03/2019